

Benefícios previdenciários superam FPM em 60% dos municípios

Em 2008, recursos da Previdência ultrapassaram repasses do Fundo de Participação dos Municípios em 3.449 cidades brasileiras

A Previdência Social tem se consolidado como a maior distribuidora de renda do Brasil. No primeiro semestre deste ano foram pagos em benefícios mais de R\$ 104 bilhões. Sendo R\$ 83,5 bilhões para os segurados da área urbana e R\$ 20,8 bilhões aos beneficiários da área rural.

Em 2008, os benefícios pagos pela Previdência superaram os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em mais de 60% dos 5.564 municípios brasileiros. Em 3.449 cidades brasileiras, o total de pagamentos relativos a benefícios previdenciários ficou acima do que os municípios receberam do FPM (veja mapa), que para grande parte das pequenas localidades é a principal fonte de receita.

Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2007), do IBGE, mostram que os benefícios da Previdência brasileira retiraram cerca de 22 milhões de pessoas da linha de pobreza, com um forte impacto na zona rural.

O volume de recursos pagos mensalmente pela Previdência e injetado na economia dos municípios é a garantia da movimentação dos setores da economia, em especial, do comércio e serviço.

Dos 3.449 municípios que recebem acima do FPM, a maioria está na Região Sudeste (1.166) que corresponde a 33,8% do total. Em seguida, vêm as regiões Nordeste, com 1.036 municípios (30%); Sul, com 827 cidades (23,9%); Centro-Oeste, com 239 cidades (6,9%); e Norte, com 181 municípios (5,2%). O levantamento é da Coordenadoria Geral de Estudos Previdenciários da Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.

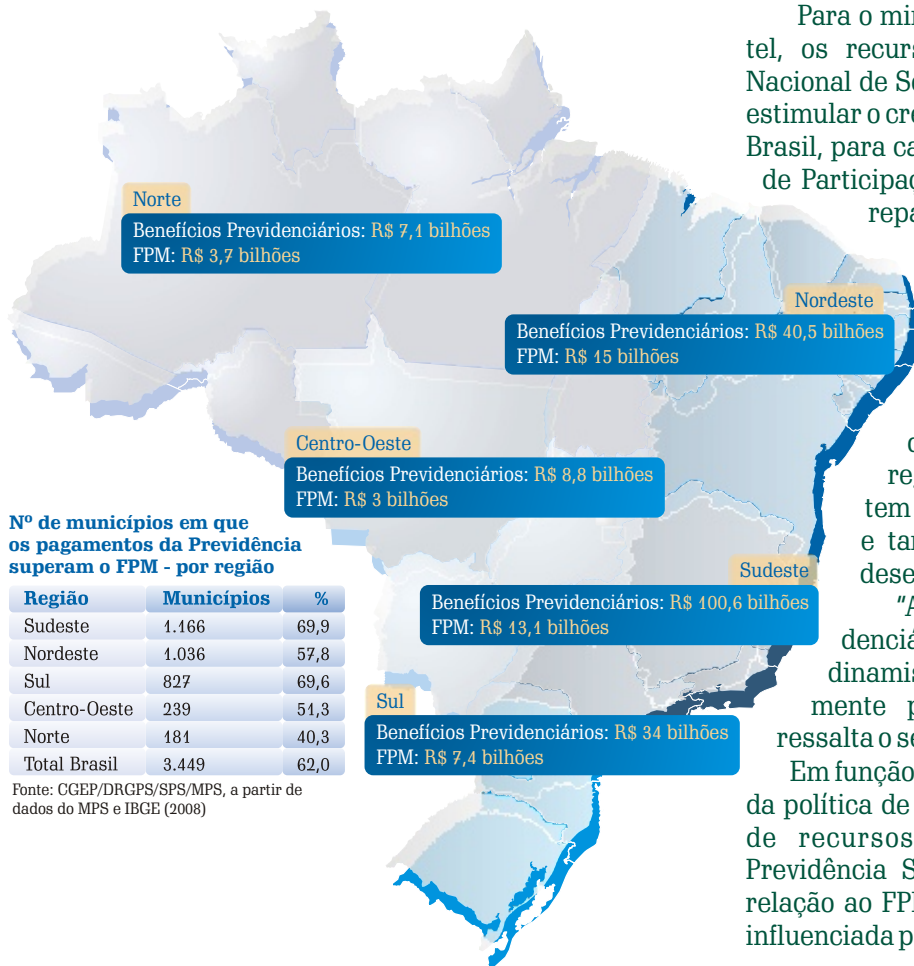
O impacto também é relevante em cada região. Na Região Sudeste, por exemplo, os benefícios previdenciários superam os repasses do FPM em 69,9% dos seus municípios. Na Região Sul, 69,6% dos seus municípios recebem da Previdência mais do que do FPM; no Nordeste, o índice é de 57,8%; no Centro-Oeste, 51,3%, e na Região Norte o percentual é de 40,3% dos seus municípios.

Para o ministro da Previdência Social, José Pimentel, os recursos repassados por meio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) são importantes para estimular o crescimento econômico e social do país. "No Brasil, para cada real que o município recebe do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a Previdência repassa cerca de R\$ 2,00, ajudando a impulsionar o comércio e o desenvolvimento local".

O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirma que "os dados mostram o importante papel da Previdência na distribuição de renda entre as regiões". Ele destaca que os recursos garantem a segurança social de milhões de famílias e também têm impacto significativo para o desenvolvimento econômico.

"Além de segurança, os benefícios previdenciários representam importante fonte de dinamismo econômico nos municípios, especialmente por darem sustentação ao consumo", ressalta o secretário.

Em função de sua própria natureza e ainda por conta da política de valorização do salário mínimo, o volume de recursos transferidos aos municípios pela Previdência Social apresenta maior estabilidade em relação ao FPM – dependente da arrecadação federal, influenciada pelas oscilações da economia.



Fonte: CGEP/DRGPS/SPS/MPS, a partir de dados do MPS e IBGE (2008)

Comparação entre números da Previdência e PIB mostra importância dos benefícios para cidades brasileiras

O papel da Previdência Social na redistribuição de renda interregional e intermunicipal também é extremamente relevante quando o saldo entre a arrecadação e as despesas da Previdência Social é comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) e o tamanho da população dos municípios brasileiros.

A Previdência promove a redistribuição de renda entre municípios mais pobres e, nas cidades com até 100 mil habitantes, o pagamento dos benefícios previdenciários é superior ao que é arrecadado a título de contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social.

A comparação é uma inovação do levantamento elabo-

orado pela Coordenadoria Geral de Estudos Previdenciários da Secretaria de Políticas da Previdência do MPS, disponível no Informe de Previdência Social nº 24, no portal do ministério www.previdencia.gov.br, no link Publicações.

Para Helmut Schwarzer, secretário de Políticas de Previdência Social, a abordagem introduziu uma novidade nas análises tradicionalmente realizadas. Ele destaca que as conclusões apontadas pelo estudo fortalecem a tese de que a Previdência não tem somente forte papel social, como apresenta resultados relevantes na distribuição de renda e na economia dos municípios.

No primeiro exercício, construiu-se uma sequência do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos 5.564 municípios brasileiros. As cidades foram ordenadas das mais pobres – que representam 90% – às mais ricas, chegando ao agrupamento de todas em dez diferentes grupos percentuais. A partir daí, comparou-se os valores de arrecadação e pagamento de benefícios previdenciários com o PIB.

As comparações revelaram que nos 556 municípios mais pobres a Previdência arrecada apenas R\$ 261 milhões, enquanto precisa de R\$ 3,8 bilhões para pagar todos os benefícios. Isso significa que a Previdência repassa para a economia local, através dos seus pagamentos, R\$ 3,6 bilhões.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos por países, estados e cidades durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados para medir a atividade econômica.

Esses R\$ 3,6 bilhões correspondem a 17,1% do PIB total das cidades incluídas nesse grupo, que é de R\$ 21,1 bilhões.

Por outro lado, nos 556 municípios mais ricos, a arrecadação da Previdência - de R\$ 82 bilhões – é maior que as despesas – de R\$ 67 bilhões. A diferença entre a receita e a despesa é de R\$ 15 bilhões, valor que corresponde a ape-

nas 1,1% do PIB total dessas cidades, que é de R\$ 1,4 trilhão.

Os dados relativos ao PIB referem-se à pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2006, período mais recente com informações disponíveis sobre esse indicador.

Tamanho da população também foi analisado

Em outro exercício do estudo, o foco da análise foi a relação entre o tamanho da população dos municípios e o saldo entre a arrecadação, a despesa da Previdência e o PIB.

A análise mostrou que, em cidades com até 100 mil habitantes, a despesa com o pagamento dos benefícios previdenciários tem valor maior que a arrecadação das contribuições dos trabalhadores

ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Nas cidades com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, a Previdência tem uma arrecadação de R\$ 3,1 bilhões – menor do que o valor gasto com o pagamento de benefícios que é de R\$ 11,7 bilhões. A diferença chega a 8,6 bilhões e corresponde a 6,9% do PIB total dessas cidades R\$ 126 bilhões.

Cabe ressaltar que, nos muni-

cípios de menor porte, o pagamento de benefícios previdenciários rurais causa impacto relevante.

Por outro lado, nas cidades com mais de 100 mil habitantes, a arrecadação da Previdência é de R\$ 101 bilhões – superior aos gastos com pagamento de benefícios que é de R\$ 98 bilhões. O saldo positivo das contas é de R\$ 3,4 bilhões e equivale a apenas 0,2% do PIB total desses municípios R\$ 1,6 trilhão.